## PROJETO DE LEI N.º , de 2007

(do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Altera dispositivos da Lei no 1.533, de 31 de dezembro de 1951, que altera disposições do Código de Processo Civil, relativas ao mandado de segurança, da Lei no. 4.348, de 26 de junho de 1964, que estabelece normas processuais relativas a mandado de segurança e da Lei no. 8.437, de 30 de junho de 1992, que dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público e dá outras providências.

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1°. O artigo 5°. da Lei no. 1.533, de 31 de dezembro de 1951, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte inciso:

"Art. 5°. (...) I – (...) (...)

IV – quando se tratar de ato de órgão da administração competente para a fiscalização de diversões públicas ou de atividades relacionadas a jogos ou entretenimentos eletrônicos que sejam realizados em recinto fechado e com a utilização de equipamentos que concedam ou liberem premiações ou pagamentos, de qualquer natureza ou por qualquer meio, a quem deles faça uso, do qual caiba recurso administrativo ou pedido de reconsideração ou, ainda, possa ser modificado por via de correição."

- Art. 2º. O artigo 5º. da Lei no.4.348, de 26 de junho de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:
  - "Art. 5º. Não será concedida liminar de mandados de segurança impetrados visando à reclassificação ou equiparação de servidores públicos, ou à concessão de aumento ou extensão de vantagens, tampouco para obter o licenciamento, a autorização para funcionamento, ainda que em caráter precário ou temporário, a

reabertura, ou sustar o ato, emanado de autoridade competente, que haja determinado o fechamento ou a interdição do estabelecimento, quando relacionado à fiscalização de diversões públicas ou de atividades relacionadas a jogos ou entretenimentos eletrônicos realizados em recinto fechado e com a utilização de equipamentos que concedam ou liberem premiações ou pagamentos, de qualquer natureza ou por qualquer meio, a quem deles faça uso."

Art. 3º. O artigo 7º. da Lei no.4.348, de 26 de junho de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"O recurso voluntário ou 'ex officio ', interposto de decisão concessiva de mandado de segurança que importe outorga ou adição de vencimento, reclassificação funcional, ou autorize o funcionamento, a reabertura, a suspensão de embargos ou interdições ou a cassação de licenças para o funcionamento de estabelecimentos comerciais ou de diversões públicas onde haja jogos ou entretenimentos eletrônicos e com a utilização de equipamentos que concedam ou liberem premiações ou pagamentos, de qualquer natureza ou por qualquer meio, a quem deles faça uso. "

Art. 4º. O artigo 1º. da Lei no.8.437, de 30 de junho de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 1º. (...)

§1°. (...)

§3º. O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos processos de ação popular e de ação civil pública, exceto, para esta última, quando tenha relação a atos do Poder Público relacionados a o funcionamento, a reabertura, a suspensão de embargos ou interdições ou a cassação de licenças para o funcionamento de estabelecimentos comerciais ou de diversões públicas onde haja jogos ou entretenimentos eletrônicos e com a utilização de equipamentos que concedam ou liberem premiações ou pagamentos, de qualquer natureza ou por qualquer meio, a quem deles faça uso. "

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogandose as disposições em contrário.

## **JUSTIFICATIVA**

Compete a União, privativamente, legislar sobre direito processual e ela o tem feito, recentemente, à luz da exigência de acelerar a prestação jurisdicional, como se tem notícia da denominada Reforma infraconstitucional do Poder Judiciário, mediante a legislação sobre as propostas consideradas prioritárias no "Pacto em favor de um Judiciário mais Rápido e Republicano". Foram exemplos

as leis sobre interposição de agravos, unificação da fase de conhecimento e execução, súmula vinculante dos tribunais superiores, uso de jurisprudência disponível na Internet para fundamentar recursos ao STJ, a extinção do uso de papel e uso exclusivo do meio eletrônico no processamento de ações, a realização de separação, divórcio e partilha de bens pela via administrativa, quando sejam consensuais.

Estamos agora propondo medida simples, apta a coibir desmandos no Poder Judiciário, como recentemente vimos noticiado sob o rótulo "Operação Hurricane" conduzida pela Polícia Federal, no tocante à indústria de liminares para impedir o fechamento de locais destinados a jogos de azar, como os bingos, ou para lograr a reabertura destes após medidas administrativas coercitivas impedindo o funcionamento destes locais destinados à prática de ilícitos e de jogos de azar.

É sabido que, na ausência de uma regulamentação emanada da União, que regule a abertura e o funcionamento de bingos, prolifera uma indústria de liminares concedidas pelo Poder Judiciário nos Estados, para obter a suspensão de atos administrativos que obstem o funcionamento, a abertura ou a reabertura desses locais de jogo.

Nosso projeto, repita-se, singelo, e que reproduz, em circunstâncias distintas algo que se encontra já na atual sistemática processual cível brasileiro, impede a concessão de liminares em mandados de segurança e em medidas cautelares e limita a atuação dos órgãos judiciais na concessão de autorizações para o funcionamento de bingos e similares, como se tem verificado, o fazendo substituindo-se à ação legítima do Poder de Polícia conferido, no regime constitucional, ao Poder Executivo e exercído por órgão da administração competente para autorizar o funcionamento de atividades comerciais de qualquer natureza, mormente quando sejam possíveis de acobertar a prática de atos ilícitos, como a fraude, a manipulação de equipamentos para jogos eletrônicos para prejuízdo da economia popular e dos incautos fregüentadores desses locais.

Sala de Sessões, em 24 de abril de 2007

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame